

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

NOTAS CRÍTICAS SOBRE A EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DO CAMPO DOS ESTUDOS RURAIS NO BRASIL

Júlia Mariano, Arilson Favareto

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9961>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

NOTAS CRÍTICAS SOBRE A EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DO CAMPO DOS ESTUDOS RURAIS NO BRASIL

Júlia Giorgi Mariano.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8188-8824>

juliagimariano@gmail.com

Universidade Federal do ABC/Cebrap. São Paulo, SP, Brasil

Arilson Favareto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1825-7165>

arilson.favareto@ufabc.edu.br

Universidade Federal do ABC/Cebrap. São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: O artigo analisa a emergência e a evolução do campo dos estudos rurais no Brasil, buscando compreender como se modificaram suas articulações internas e externas. Apoiado no conceito de campo científico de Bourdieu, procura explicar a estrutura e a mudança desse ramo das ciências sociais a partir das injunções entre seus atributos próprios e outros domínios sociais. A análise se apoia em três dimensões: a) a dimensão epistemológica, pela evolução dos temas, teorias e métodos usados; b) a dimensão institucional, com foco no financiamento, na formação dos programas de pós-graduação, centros de pesquisa e associações; e c) a societal, pelas interdependências entre a ciência e a sociedade, incluindo a circulação dos cientistas. Para isso, foram analisadas obras de referência, balanços da literatura já produzidos e textos biográficos de pesquisadores chave. Concluiu-se que a trajetória do campo dos estudos rurais foi moldada por lutas concorrenciais, e por variações nas formas de relação com outras esferas do mundo social, que determinaram sua capacidade de refratar as demandas externas, especialmente do campo político, dando origem a diferentes agendas de pesquisa conforme os contextos de cada época. Identificou-se três etapas da trajetória dos estudos rurais: sua emergência entre 1940 e 1960, marcada pela diferenciação do campo em relação ao debate agrário do campo político; a consolidação nas décadas de 1970 e 1980 com diversificação de agendas e práticas e com fortalecimento epistemológico e institucional; e, entre 1990 e 2010, com uma maior tensão na dialética entre a autonomia e a heteronomia desse campo.

Palavras-chave: Campo Científico, Estudos Rurais, Sociologia da Ciência, Agricultura Familiar, Questão Agrária

CRITICAL NOTES ON THE EMERGENCE AND EVOLUTION OF THE FIELD OF RURAL STUDIES IN BRAZIL

ABSTRACT: The article analyzes the emergence and evolution of the field of rural studies in Brazil, seeking to understand how its internal and external articulations have changed. Based on Bourdieu's concept of scientific field, it seeks to explain the structure and change of this branch of the social sciences based on the links between its own attributes and other social domains. The analysis is based on three dimensions: a) the epistemological dimension, through the evolution of the themes, theories and methods used; b) the institutional dimension, focusing on funding, the formation of postgraduate programs, research centers and associations; and c) the societal dimension, through the interdependencies between science and society, including the circulation of scientists. To this end,

reference works, reviews of the literature already produced and biographical texts of key researchers were analyzed. It was concluded that the trajectory of the field of rural studies was shaped by competitive struggles and by variations in the forms of relationship with other spheres of the social world, which determined its capacity to refract external demands, especially from the political field, giving rise to different research agendas according to the contexts of each era. Three stages were identified in the trajectory of rural studies: its emergence between 1940 and 1960, marked by the field's differentiation in relation to the agrarian debate in the political field; consolidation in the 1970s and 1980s with the diversification of agendas and practices and epistemological and institutional strengthening; and, between 1990 and 2010, with greater tension in the dialectic between the autonomy and heteronomy of this field.

Keywords: Scientific Field, Rural Studies, Sociology of Science, Family Farming, Agrarian Question

INTRODUÇÃO

A trajetória dos estudos rurais no Brasil já alcança quase 100 anos de produção científica e passa por um progressivo caminho, desde os ensaios sobre a formação do Brasil dos anos 1930 até os dias atuais. Ao longo do tempo, mudam os contornos do rural brasileiro e muda a maneira pela qual se enquadram os problemas emergentes. Uma reflexão crítica sobre o que foi produzido de conhecimento e os desafios que daí emergem é algo necessário.

Analisar a produção de um campo científico não é trivial. A evolução da ciência foi objeto de estudo de diferentes ramos de conhecimento. Cada uma das abordagens configurou uma explicação para as transformações das ideias científicas. As reflexões epistemológicas promovidas por filósofos como Popper (1974) partem do processo cumulativo inerente à própria ciência, onde o progresso ocorre através da refutação e reformulação de teorias, fundamentadas no exame lógico e prático de seus postulados com base no princípio da falseabilidade. Em outra tradição, a ênfase se desloca para os determinantes externos aos muros da ciência, como em clássicos da história da ciência, como Kuhn (2006) e seu conceito de paradigmas e revoluções científicas. Já em Merton (2013), a ciência é entendida como uma instituição autônoma, dotada de disposições de normas, valores e sistemas de reconhecimento; nela, a evolução do conhecimento se dá justamente por essa dinâmica interna. Latour (2000), radicaliza a fronteira entre o que há de próprio na ciência e seus condicionantes externos, analisando o cotidiano das atividades científicas que, em última instância, não se diferenciariam de outras práticas sociais. Bourdieu (2004), por fim, inova ao propor a noção de campo científico como espaço social relativamente autônomo, onde cientistas competem entre si por capital científico. As inovações e mudanças explicativas, segundo o autor, não são apenas produto de processos racionais, mas também de estratégias sociais que refletem as relações de poder e o capital simbólico dentro do

campo e na articulação entre ciência e outros domínios da vida social, como o campo político ou o campo econômico. A força do campo científico se mediria, assim, pela sua capacidade de refratar as pressões desses outros domínios sociais, interagindo com elas, mas preservando o que é típico do interesse e do papel da ciência.

Os estudos rurais já foram objeto de diversos trabalhos e em cada um enfatizou-se dimensões específicas desta trajetória. Dentre eles, há pelo menos três grupos. O primeiro é formado pelos trabalhos que abordam aspectos específicos da evolução dos estudos rurais (Miranda et al., 2022; Brumer e Santos, 2006). O segundo grupo diz respeito àqueles que se voltam a aspectos epistemológicos e contextuais dos estudos rurais, ou seja, à transformação dos temas, métodos e perguntas de pesquisa, acompanhadas de elementos do contexto em que surgiram e suas inflexões (Navarro, 2018; Wanderley, 1999, 2011; Gnaccarini e Moura, 1983). Por fim, há trabalhos que evidenciam, além dos domínios sociais, políticos, econômicos, os institucionais que influenciaram as transformações no campo científico dos estudos rurais. Nele, as lutas concorrenciais entre os agentes do campo, além de elementos das trajetórias desses agentes e das instituições são elementos explicativos incontornáveis (Garcia e Grynszpan, 1999; Sigaud, 1992).

As próximas páginas estão inspiradas pelos dois últimos grupos mencionados acima, e busca abranger, além dos aspectos epistemológicos e contextuais, a dimensão institucional do campo dos estudos rurais, além da tensão entre a autonomia e a heteronomia do campo, traduzida pela capacidade de refração das pressões externas sobre o campo. Isso está presente em trabalhos como Garcia e Grynszpan (1999) e Sigaud (1992), mas não de forma extensiva a toda a história dos estudos rurais no Brasil.

Para explicar a estrutura e a mudança desse ramo das ciências sociais são examinadas três dimensões constitutivas deste campo científico. A primeira delas é a epistemológica, usualmente enfatizada pela filosofia da ciência, para entender a evolução nos temas, teorias e métodos utilizados ao longo da trajetória dos estudos rurais. A segunda é a institucional, introduzida com a primeira geração da sociologia da ciência, com foco em aspectos como o financiamento, a constituição dos programas de pós-graduação, associações e revistas científicas. Por fim, há a dimensão societal, trazida com a onda mais recente da sociologia da ciência e que envolve a circulação social dos cientistas e as interdependências entre ciência e a materialidade dos fatos que lhe servem de objeto.

O material empírico utilizado para a análise destas diferentes dimensões do campo dos estudos rurais mencionadas acima é formado por três componentes principais: um amplo conjunto de obras de referência publicadas ao longo da trajetória deste ramo das ciências sociais; trabalhos já publicados

e dedicados a produzir balanços desta literatura, ainda que tendo por foco períodos diferentes, mas justamente por isso complementares (Garcia e Grynszpan, 1999; Wanderley, 2011, entre outros); textos e entrevistas de caráter biográfico publicados por (ou a respeito de) grandes nomes de reconhecida influência neste campo.

A hipótese que guia o trabalho é a de que a trajetória do campo científico dos estudos rurais foi, ao longo do tempo, marcada por lutas concorrenciais que refletem a sua capacidade de refração dos condicionantes originados de outros campos, em especial o político. Em diferentes períodos, essas lutas assumiram formas distintas, influenciadas pela articulação entre os domínios institucional, epistemológico e societal. Para demonstrar essa hipótese, a exposição está organizada em três seções, além da introdução, e uma conclusão. Em cada uma das partes discute-se a maneira pelo qual se articulou estes três domínios do campo dos estudos rurais, para então sinalizar, na conclusão, as transformações de sua morfologia ao longo de sua trajetória.

1. EMERGÊNCIA E EMANCIPAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO DEDICADO AOS ESTUDOS RURAIS (1940-1960)

Na primeira metade do século XX, a maioria da população brasileira vivia em áreas rurais, destacando a relevância econômica, social e demográfica do campo. Ao mesmo tempo, a estrutura fundiária concentrada e as condições de vida precárias dos trabalhadores rurais expressavam um histórico de dominação pelas elites agrárias. Durante o processo de transição para uma sociedade urbana e industrial, essas questões alimentaram discussões políticas e intelectuais na forma de uma luta concorrencial em torno da legitimidade do lugar da questão agrária para os rumos do desenvolvimento brasileiro, especialmente nas décadas de 1940 e 1960.

Tendo em vista esse contexto, pretende-se demonstrar que o campo científico dos estudos rurais nasce neste período em meio a transformações em três dimensões: 1) a institucional, pela criação das primeiras faculdades de ciências sociais; 2) a societal pelo intenso debate entre intelectuais ligados à governo, movimentos sociais e partidos políticos em torno da questão agrária como entrave para o desenvolvimento do país; e 3) a epistemológica, a partir da construção das bases para fundamentar uma ciência social empírica, distanciando-se do ensaísmo que marcou a geração de 1930 e das interpretações sobre a questão agrária produzidas no campo político.

1.1. Interpretações clássicas da questão agrária: o campo intelectual e o campo político em diálogo

Já nos anos 1930, Gilberto Freyre (2003), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Caio Prado Jr (1961) identificaram a grande lavoura como elemento constitutivo da formação social brasileira. Por

meio da forma ensaio, esses autores demonstraram como os aspectos culturais, sociais, econômicos e simbólicos da estrutura colonial, especialmente a grande propriedade, moldaram o processo de constituição da nossa nacionalidade. Ao reconhecerem a grande lavoura como eixo central da formação nacional, esses estudos constituem a protogênese do campo científico dos estudos rurais que se consolidaria nas décadas seguintes.

No âmbito do debate intelectual sobre a questão agrária, interpretações ligadas às formulações da Cepal sobre o desenvolvimento da América Latina tiveram um lugar de destaque. Já no início nas atividades da comissão, Celso Furtado participou da formulação do pensamento estruturalista sobre o subdesenvolvimento na América Latina, junto com Raul Prebisch (Bielschowsky, 2011, p.10), sobre a qual a questão agrária assume um papel central. Nesse contexto, a estrutura agrária concentrada seria um obstáculo ao desenvolvimento por várias razões: pela consequente rigidez na oferta agrícola e elevação de preços que exigiria importações; por formar um estoque de reserva de mão-de-obra, com impactos sobre o mercado de trabalho urbano, pressionando salários para baixo; e por inibir a formação de um mercado consumidor interno forte, condição para superar a dependência do que Caio Prado Jr havia chamado de uma economia voltada para fora e dependente dos mercados externos. A modernização agrária, nesse sentido, é considerada um elemento essencial para o desenvolvimento (Furtado, 2013, p.51).

Sob esse ponto de vista, Celso Furtado inseriu-se no debate intelectual na busca entender as raízes do subdesenvolvimento e propondo caminhos para superá-lo (Furtado, 2005). As disparidades regionais do país e a atenção especial à condição periférica do Nordeste como uma reprodução da ideia de centro e periferia internamente ao Brasil fez com que sua atuação se direcionasse para o interior da atividade estatal. Nesse âmbito, Furtado participa da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e torna-se seu dirigente máximo, tentando levar adiante os temas tratados na Cepal.

Com passagem pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e também pela Cepal, Ignácio Rangel foi um dos mais destacados intelectuais a tratar da questão agrária no Brasil, abordando-a através de sua teoria da dualidade, baseada na coexistência de modos de produção distintos no campo brasileiro, com um polo feudal e outro, capitalista, orientado pela dinâmica de relação mercantil com outros países (Rangel, 1999, p.30). O desenvolvimento no campo, em Rangel, se daria na dissolução das relações feudais pela via do desenvolvimento de normas externas - modernas - interiormente às relações internas. É no texto *A questão agrária brasileira*, fruto de sua

experiência no grupo de trabalho formado para tratar da questão agrária no governo Jânio Quadros, que Rangel concentra suas análises sobre o problema agrário.

Também no âmbito do Partido Comunista Brasileiro a questão agrária ganhou contornos específicos, a partir da identificação do latifúndio como entrave para a revolução brasileira, que alavancaram interpretações que se tornaram clássicas. Como desdobramento das discussões sobre os rumos estratégicos do partido, ganharam forma duas interpretações distintas sobre o sentido histórico das relações sociais no campo: aquela que ditava a linha interpretativa e estratégica do PCB, baseada na noção de restos feudais na dinâmica das relações agrárias, e uma segunda, marginalizada no partido, segundo a qual tais relações seriam capitalistas desde o período colonial.

Na construção da primeira posição deste debate, o ensaísta Alberto Passos Guimarães (1963) ocupou lugar central, tanto para debate interno ao partido, quanto para a discussão intelectual mais ampla sobre o tema. No outro polo, Caio Prado Jr (2014) foi quem consolidou a tese do caráter capitalista das relações agrárias no Brasil, em posição marginalizada nesta luta concorrencial no PCB, mas publicando livros cuja interpretação sobre o processo histórico, social e político do Brasil teve maior aceitação por parte do campo científico. Caio Prado Jr assumiu um lugar híbrido entre a filiação ao campo político e um diálogo com o campo científico, muito por conta de sua origem familiar e de um capital social que lhe permitiu, por exemplo, fundar a Revista Brasiliense, um ambiente de discussão onde estes campos interagiam, pela publicação de artigos por parte de intelectuais ligados ao ambiente universitário (Limongi, 1987, p. 44).

1.2. O rural na formação de uma sociologia brasileira em São Paulo

O tema da questão agrária e os processos sociais rurais ganharam novos contornos no âmbito da universidade, nas recém criadas Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP e Escola Livre de Sociologia Paulista (ELSP). Em um momento de criação das bases científicas da sociologia brasileira, cada uma das faculdades assumiu projetos distintos.

Criada em 1933, a ELSP surgiu para formar profissionais em ciências sociais com foco técnico e administrativo. A preocupação com a pesquisa empírica e a formação acadêmica foi fortalecida no início dos anos 1940 com a chegada de professores estrangeiros que introduziram a pós-graduação em ciências sociais na ELSP. A instituição passou a se destacar pela formação de sociólogos profissionais e pelo desenvolvimento de uma tradição acadêmica que se diferenciava da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP.

Oriundos da antropologia norte americana em diálogo com os antropólogos culturalistas, a agenda de pesquisa da ELSP fundou-se nos chamados Estudos de Comunidade, que tinham como

principal objeto de investigação o processo de mudança social e partiam da investigação minuciosa e detalhada, com caráter descritivo, do funcionamento de uma determinada comunidade. A intenção de fornecer dados minuciosos para a administração pública foi uma marca explícita desses estudos (Oliveira e Maio, 2011, p.523). Nessas investigações, Emilio Willems, que fora professor na ELSP e da FFCL, além de ter sido um dos fundadores da Revista Sociologia, se destacou. Seu trabalho *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947), foi pioneiro e catalisou debates sobre a sociologia nascente no país, especialmente em relação à análise das transformações sociais em comunidades isoladas.

A criação da FFCL da USP teve como objetivo formar uma elite intelectual capaz de moldar o destino do Brasil, seguindo uma concepção acadêmica europeia introduzida pelos primeiros professores da Missão Francesa. Essa abordagem, centrada em reflexões teóricas e gerais (Limongi, 1989, p. 222), contrastava desde o início com a formação técnica oferecida pela ELSP. Diferentemente desta instituição, onde os professores estrangeiros continuaram a liderar as pesquisas até os anos 1960, na FFCL, os alunos brasileiros formados por esses docentes rapidamente assumiram suas próprias pesquisas, contribuindo para a formação de uma sociologia autenticamente brasileira.

Embora não haja consenso na literatura sobre a natureza dessa relação, as ciências sociais nascem do Brasil estabelecendo um diálogo crítico com a forma de ensaio que marcou a geração anterior. Ainda que de maneira distinta das pesquisas conduzidas na ELSP, os primeiros esforços da FFCL se destacaram pelo desenvolvimento de bases teóricas e metodológicas para uma ciência social empírica. Isso é evidente na evolução de algumas linhas interpretativas dentro da instituição.

De uma maneira ou de outra, as críticas de pesquisadores da FFCL aos Estudos de Comunidade perpassaram as diferenças internas à instituição. Gioconda Mussolini (1954) e Caio Prado Jr (1948) foram pioneiros em expor críticas aos Estudos de Comunidade ao questionar a visão de Willems sobre comunidades como sistemas fechados, ignorando interações sociais mais amplas e a dificuldade em medir estabilidade (Jackson, 2009, p. 278). Segundo José de Souza Martins, a reação ao dualismo presente nos Estudos de Comunidade originou duas críticas fundamentais que expressam a maneira do fazer sociológico e antropológico constituído na FFCL (Martins, 2013, p.224).

Tanto as análises antropológicas de Gioconda Mussolini quanto às análises sociológicas de Antonio Candido constituem ricas evidências sobre o pensamento crítico enraizado do grupo da USP. Constituem bases e referências do desenvolvimento de uma crítica da razão dualista, de natureza metodológica, uma busca para fazer descobertas nas contradições de uma polarização que encobria ao reduzir e simplificar a dinâmica social (Martins, 2013, p. 224).

Fruto da pesquisa de doutorado de Antonio Candido, *Os Parceiros do Rio Bonito* é um livro incontornável para os estudos rurais no Brasil. Tendo como base metodológica a etnografia, Candido

analisa a economia de subsistência, a cultura, alimentação e formas de solidariedade como aspectos da sociedade caipira em transição à urbanização. Grandes transformações sociais, como a expansão do capitalismo e uma dimensão política, fazem parte da análise, onde o objeto de estudo é delimitado como um problema social. Essa abordagem evidencia uma distância em relação aos Estudos de Comunidade, conforme expressado por Candido:

Por outro lado, não é um “estudo de comunidade”, no sentido hoje corrente, sobretudo entre americanos e ingleses (...). Depois de bastante hesitar, rejeitei este ponto de vista, em parte pelo que tem de estático e convencional – levando-nos quase sempre a encarar os traços de uma dada realidade sociocultural como algo que, para usar a velha expressão caipira, “devera de ser assim mesmo”. Por outras palavras, o estudo de comunidade, em seu corte descritivo mais frequente, me pareceu comprometer no pesquisador o senso dos problemas (Candido, 2023, p.27).

Outras críticas foram produzidas no interior da FFCL aos Estudos de Comunidade, como aquela realizada por Octávio Ianni, indicando a limitação do empirismo proposto para a explicação mais abrangente de dinâmicas sociais e econômicas que sustentam as transformações pelas quais as comunidades passavam. Assumindo a função de combater o ensaísmo da década de 1930, esses estudos teriam limitado as possibilidades criativas da pesquisa, apegando-se a um suposto rigor da observação do objeto (Ianni, 1961).

Essa abordagem foi comum a diversos integrantes da FFCL e nasceu a partir dos esforços acadêmicos de Florestan Fernandes, que se tornaria figura fundamental na constituição de uma sociologia crítica brasileira. Oriundo de uma família pobre, Florestan, ingressou na FFCL em 1941, onde se dedicou à construção de uma sociologia brasileira empírica: “Não nos devemos esquecer que estávamos nas décadas de 40 e 50 e que, então, o fundamental era construir a Sociologia como ciência empírica” (Fernandes, 2006, p.17). Seus estudos de formação foram marcados por influências funcionalistas e pelo aprendizado com professores da ELSP e da própria FFCL, que lhe proporcionaram uma sólida formação teórica e orientada empiricamente.

A liderança de Florestan na construção de uma sociologia crítica na FFCL levou à formação de um grupo de pesquisadores que teve grande influência na sociologia brasileira. No âmbito do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) se consolidou as bases de uma sociologia do desenvolvimento na chamada Escola de Sociologia de São Paulo, onde a ruptura com o dualismo fez-se explícita em uma abordagem marxista inovadora. Não há aqui a dicotomia entre classes, mas a análise concreta da relação entre elas no processo histórico brasileiro. Assim também, nos escritos de Florestan e seu grupo, a “ordem agrária” não está apartada - ou não se resume ao status de resíduo - do nosso desenvolvimento (Fernandes, 2006).

O esforço de produzir uma sociologia empírica resultou na produção de análises sobre o desenvolvimento que incorporam o atraso ao moderno. A dimensão agrária do Brasil não seria mais um entrave para a constituição das relações capitalistas no país. Ao contrário, revelou-se de que a maneira própria de formação capitalista do Brasil se constitui a partir da reprodução de relações não tipicamente capitalistas, distanciando-se de abordagens etapistas do desenvolvimento. Nesse sentido, o seminário de leitura d'O Capital, promovido por Arthur Gianotti, onde vários assistentes de Florestan participaram, foi uma importante ação para a construção de uma interpretação de Marx distanciada daquelas produzidas no campo político, sobretudo o PCB:

Os intelectuais de orientação mais comunista ainda ficavam nas teses do feudalismo, latifúndio, traços dos feudalismos, resquícios do feudalismo, como pano de fundo da história brasileira. Para nós era muito difícil aceitar essas posições. O quadro conceitual do qual nós provínhamos, no seminário de Marx, levava-nos a criticar a visão simplista da transposição das 'etapas' do capitalismo para entender o desenvolvimento do capitalismo mercantil que se desenvolvia nas Américas, baseado na escravidão (Cardoso, 2006, p.78).

Os estudos sobre processos sociais rurais ganharam destaque na sociologia da USP impulsionados por Maria Isaura Pereira de Queiroz, que desenvolveu uma interpretação distinta do grupo de Florestan Fernandes. Com um doutorado na França, Maria Isaura estabeleceu laços acadêmicos importantes com professores e instituições francesas, o que fortaleceu sua atuação no campo da sociologia rural. A formalização institucional da contribuição de Maria Isaura para a formação de um campo de estudos voltados para os processos sociais rurais se deu com a criação do CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos) (Lopes, 2012, p.8). Em um contexto intelectual que enfatizava a monocultura como forma predominante de produção rural desde a colonização, Maria Isaura Pereira de Queiroz seguiu uma direção oposta, destacando a existência histórica do campesinato no Brasil. Influenciada pela sociologia rural francesa, a autora mostrou a existência relativamente autônoma de uma camada intermediária rural composta por sitiantes. Para Maria Isaura, a pequena propriedade não resultaria da decadência do latifúndio, mas coexistiria com ele desde a colonização. A compreensão dessa camada social orienta toda a sua obra.

2. CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO CAMPO CIENTÍFICO DOS ESTUDOS RURAIS (1970-1980)

O período iniciado com o golpe militar de 1964 introduziu mudanças significativas nas coalizões entre as classes dominantes brasileiras que passaram a compor-se pela burguesia industrial em associação à burguesia agroexportadora e ao setor financeiro (Bresser-Pereira, 2015). Esse processo impactou profundamente as dinâmicas sociais rurais do Brasil. A modernização agrícola impulsionada a partir da década de 1970 aumentou a produtividade do setor agrícola, mas também

intensificou a concentração fundiária e as desigualdades no campo (Graziano da Silva e Kageyama, 1983), gerando efeitos sociais adversos que provocaram novas respostas políticas dos grupos subalternos rurais. Em paralelo, no âmbito da vida universitária, os efeitos da ditadura foram paradoxais, onde houve, há um só tempo, a repressão sistemática e a perseguição a professores universitários uma significativa expansão do ensino superior.

Tendo isso em vista, argumenta-se que o campo científico dos estudos rurais se consolidou e descentralizou nas décadas de 1970 e 1980 como fruto de transformações nas em três dimensões que marcam a estrutura e a dinâmica do campo científico: 1) a institucional, pela expansão do sistema universitário e maior circulação internacional dos atores, favorecendo a conversão de capitais e a distinção entre os centros de pesquisa; 2) a societal, a partir dos efeitos sociais e políticos da modernização agrícola; e 3) a epistemológica pelas mudanças na natureza do objeto dos estudos rurais e pela maior diversificação dos quadros interpretativos, pressionado pelos novos processos sociais no campo.

A criação do sistema de pós graduação, a cassação de professores e a reforma universitária tiveram um papel importante na recomposição das hierarquias entre as instituições de ensino a partir do começo dos anos 1960. No caso da FFCL, os efeitos foram drásticos. O grupo de Florestan Fernandes sofreu fortes impactos deste processo, fragilizando seu lugar dominante no campo das ciências sociais. Nesse contexto, os estudos dedicados ao mundo rural tiveram duas vias de continuidade na década de 1970: pelas pesquisas de Maria Isaura Pereira de Queiroz e de José de Souza Martins.

Maria Isaura Pereira de Queiroz consolidou sua posição no campo científico dos estudos rurais muito influenciada por meio de sua atuação no CERU. Com independência relativa, financiamento próprio e uma agenda de pesquisa específica, o Centro pode ser considerado um elemento institucional inovador dentro da FFCL e, posteriormente, na FFLCH. A criação do CERU significou uma estratégia de viabilizar as pesquisas em meio à uma circunstância desfavorável da estrutura universitária (Leite, 2015, p.103). No início da década de 1970, Maria Isaura publica talvez o seu livro com maior influência nos estudos rurais *Bairros Rurais Paulistas*, inspirado no trabalho de Antonio Candido. Caracterizando os chamados bairros rurais, a autora introduz algo que seria retomado nas décadas seguintes nos estudos rurais: a afirmação de influências recíprocas entre o rural e o urbano e, mais ainda, de que os bairros rurais não se desagregam face à tais influências (Queiroz, 1973).

A trajetória de José de Souza Martins a partir dos anos 1970 foi profundamente marcada pelas dificuldades em dar continuidade ao projeto científico do grupo de Florestan Fernandes, dissolvido

pela ditadura, além das mudanças institucionais na FFCL introduzidas pela reforma universitária. A partir desse contexto adverso, Martins aprofundou a abordagem teórico-metodológica centrada na dialética e na crítica à razão dualista, caracterizada pela análise da “produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista” (Martins, 2010, p. 15).

Durante esse período, Martins realizou uma extensa pesquisa na Amazônia, sem financiamento, onde examinou a fronteira como um objeto sociológico (Martins, 2013, p. 234). Sua investigação sobre a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura foi acompanhada pelo engajamento com movimentos sociais, sobretudo com a Comissão Pastoral da Terra. Desse ponto de vista, o sociólogo paulista contribuiu para o que Garcia e Grynspan (1999) chamaram de “Reconstrução histórica da luta dos grupos sociais dominados do campo e de legitimação de organizações camponesas” - empreendimento que se tornou expressivo nos anos 1980 -, a partir da publicação de diversos livros sobre a atuação dos movimentos sociais no campo (Martins, 1981; 1982, entre outros).

O cenário de hegemonia da USP no campo dos estudos rurais mudou significativamente na década de 1970. Nesse período, além da criação de novos programas de pós-graduação, surgiram institutos independentes das universidades, para dar continuidade às agendas de pesquisa em meio à perseguição de professores.

Esse foi o caso do Cebrap, fundado em 1969 por professores afetados pela ditadura militar, em uma espécie de sequência da tradição uspiana constituída a partir do seminário sobre O Capital e de certo prestígio já adquirido no campo científico por pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso. O nascimento do Cebrap foi viabilizado pelo financiamento da Fundação Ford que, neste momento, desempenhou um papel crucial na formação de novas elites intelectuais no Brasil e na América Latina, apoiando institutos de pesquisa e programas de pós-graduação. Embora o Cebrap não tenha se dedicado predominantemente nos estudos rurais, alguns esforços de pesquisa nesse sentido foram realizados, como o do sociólogo Juarez Brandão Lopes – que anos mais tarde viria a compor o Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo FHC (Lopes, 2008, p. 1).

Ainda no âmbito do Cebrap, Francisco de Oliveira, após ter trabalhado na Sudene entrou na instituição a convite de Fernando Henrique Cardoso para coordenar os estudos de planejamento regional. No conhecido texto *Crítica da razão dualista*, de 1972, Oliveira avançou na crítica ao modelo dualista, desafiando a dicotomia entre setores atrasados e modernos, presente nas interpretações pcbistas e funcionalistas da Cepal. Em Oliveira, a modernização da agricultura, teria papel relevante

na construção do capitalismo brasileiro, especialmente na satisfação das necessidades urbanas sem aumento de custos e na conformação de uma urbanização precária.

O período entre 1964 a 1985 foi crucial para a institucionalização das ciências sociais, apesar dos desafios inerentes. Ampliou-se as vagas no ensino superior, aprovou-se a reforma universitária, nacionalizou-se e regulamentou-se a pós-graduação no país (Leite, 2015, p.9). Nos anos 1970, esse processo veio acompanhado da criação de diversos programas de pós-graduação que, no campo dos estudos rurais, contribuíram para a maior complexificação das lutas internas pela legitimidade do conhecimento sobre os processos sociais rurais.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS), criado em 1968, rapidamente assumiu uma posição dominante no campo dos estudos rurais no Brasil. Associado ao projeto "Estudo comparativo do desenvolvimento regional", o PPGAS investigou as áreas de colonização do Nordeste e do Centro-Oeste (Palmeira, 2009/2012, p.71), contando com o financiamento inicial da Fundação Ford. Esse apoio se estendeu até 1974, quando os pesquisadores do programa se mobilizaram em busca de novos recursos para dar continuidade ao trabalho, resultando no projeto "Emprego e Mudança Social no Nordeste".

A condução das pesquisas no Nordeste foi profundamente influenciada pela trajetória de Moacir Palmeira, cuja formação na França, especialmente sob a influência de Pierre Bourdieu, foi decisiva. Seu doutorado *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat* foi uma análise do debate sobre natureza do latifúndio produzido nas décadas anteriores, onde se concluiu que esses debates seriam muito mais informados por uma lógica ideológica do que propriamente científica. Diferenciando-se destas abordagens, Moacir Palmeira propôs uma agenda de pesquisa empírica, baseada na ideia da plantation como um sistema social específico, concretizada no estudo sobre o Nordeste, cujo principal objetivo seria cobrir o conjunto de posições e oposições sociais das lutas concorrenciais nos engenhos (Palmeira, 2023).

Palmeira, inspirado por Bourdieu e Florestan Fernandes (Palmeira, 2009/2012, p.76), conduziu as pesquisas de maneira coletiva, envolvendo alunos de mestrado e valorizando a metodologia de campo e entrevistas diretas. Essas abordagens fortaleceram o PPGAS como um centro dominante no campo dos estudos, com foco na diversidade e na diferenciação social dos trabalhadores rurais e, a partir do final da década de 1970, nas formas de resistência dos trabalhadores rurais (Palmeira, 1989, Sigaud, 1980). A relação com a política esteve presente de diferentes maneiras nas trajetórias do grupo do PPGAS, seja pela relação familiar com essa esfera, pela atuação no movimento

estudantil e, posteriormente, na atuação como assessores do movimento sindical rural, especialmente da Contag, no caso de Moacir Palmeira, Afrânio Garcia Jr e Lygia Sigaud.

Ainda nos anos 1970, um grupo de pesquisadores, conhecido como "grupo do matinho", formou-se em torno da análise dos processos sociais rurais a partir da sociologia e da economia rural, orientado pela abordagem teórica marxista. Composto por pesquisadores da Unicamp, Esalq, Unesp e PUCs de Campinas e São Paulo, o grupo focou nas transformações do campo brasileiro decorrentes da modernização agrícola em curso. Embora não tenha se institucionalizado em um único programa de pós-graduação, foram abordados temas como a propriedade da terra, o progresso técnico, o trabalho na agricultura e a reprodução do campesinato, constituindo uma certa unidade de análise destes fenômenos.

Formou-se, na Unicamp, entre as décadas de 1970 e 1980, uma agenda de pesquisa sobre os efeitos da modernização agrícola sob as perspectivas da economia agrícola e das ciências sociais. Dentre eles, destaca-se José Graziano da Silva, filho do agrônomo e fundador da ABRA, José Gomes da Silva. Formado em agronomia pela Esalq/USP e com doutorado pelo Instituto de Economia da Unicamp, Graziano analisou o impacto do progresso técnico nas novas formas de trabalho rural, tema explorado em diversos trabalhos subsequentes do autor em pesquisas individuais e coletivas.

As transformações no mundo rural decorrentes da modernização agrícola foram tema central nos trabalhos de Graziano (1982; 1990), Ângela Kageyama (1985), Guilherme Costa Delgado (1985), entre outros. Esses pesquisadores, muitos dos quais completaram a trajetória de reconversão de engenheiros agrônomos para economistas rurais frequente à época (Garcia e Gryspan, 1999, p.330), exploraram as contradições da modernização agrícola a partir de uma perspectiva marxista. Essas produções destacam-se pela mobilização da perspectiva marxista para analisar as contradições da modernização agrícola, com ênfase nos impactos sociais, especialmente nas mudanças nas formas de trabalho no campo, como o aumento da mão de obra volante. Essa abordagem é notável tratando-se de análises realizadas por economistas e agrônomos.

A partir de 1975 passaram a ocorrer anualmente no Departamento de Economia Rural da Unesp Botucatu as Reuniões sobre Mão de Obra Volante na Agricultura. Coordenadas pela Sonia Maria Bergamasco, estes encontros tiveram um papel importante nos debates sobre as transformações no campo, em especial as saídas dos trabalhadores das propriedades ao criar um ambiente capaz de juntar pesquisadores de diversas universidades, além de outras pessoas envolvidas como sindicalistas, advogados, promotores públicos da área trabalhista, num diálogo bastante plural (Medeiros, 2023, p.182; Gnaccarini e Moura, 1983).

Em diálogo com a economia rural, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp desenvolve-se uma frente de pesquisas dedicadas aos processos sociais rurais sob liderança de Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Dentre os aspectos de sua trajetória, cabe mencionar que a autora viveu até os 6 anos em uma usina de açúcar, onde seu pai participou da fundação do sindicato dos trabalhadores. Nazareth também atuou no Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) em 1963, foi para a França estudar no Institut des Sciences Sociales du Travail (ISST). De volta ao Brasil, trabalhou em pesquisas para a Sudene e ANCAR até 1970. Posteriormente, retornou à França para realizar seu doutorado na Universidade de Paris X, orientada por Henri Mendras e Marcel Jollivet. Ao retornar ao Brasil, trabalhou na Embrater e, em 1978, tornou-se professora na Unicamp.

A orientação da sociologia rural francesa e sua própria trajetória de internacionalização de Nazareth Wanderley marcou sua distinção no campo dos estudos rurais. Os temas trabalhados pela autora foram diversos, e dentre eles estão a propriedade da terra sob o capitalismo brasileiro e as classes trabalhadoras no campo e o estudo sobre o campesinato. Neste último tema, Nazareth ofereceu uma abordagem inovadora no campo dos estudos rurais no Brasil, tratando o campesinato como parte integrante da reprodução das sociedades capitalistas e expressando sua heterogeneidade (Wanderley, 2007, p.29).

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, criado em 1976, influenciou significativamente os estudos rurais nas décadas de 1970 e 1980. Inicialmente vinculado à Fundação Getúlio Vargas, o programa visava formar técnicos em planejamento agrícola. Após uma reformulação curricular em 1978, passou a dar maior ênfase às ciências sociais, abordando os aspectos políticos do planejamento rural. Nesse bojo, muito em função dos esforços de Leonilde de Medeiros, se originou no CPDA uma tradição de estudos sobre dos movimentos sociais no campo. Quando entrou na instituição, a autora era formada em ciências sociais na USP, estava fazendo seu mestrado na mesma instituição e tinha sido professora na Departamento de Economia Rural da Unesp/Botucatu.

Um outro componente importante para a consolidação do CPDA no campo dos estudos rurais foi ter sido sede do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (Pipsa), uma iniciativa inovadora que promoveu o diálogo entre pesquisadores de diferentes Programas de Pós-Graduação no Brasil dedicados aos temas rurais. Financiada pela Fundação Ford, a iniciativa baseava-se em seminários de discussão sobre textos ainda em construção. Em meio a uma conjuntura repressiva de encontros de debate acadêmico, o Pipsa foi um importante espaço institucional para a interação entre os pesquisadores. Os encontros aconteciam em diversas cidades do país, alargando o eixo estabelecido

São Paulo-Rio de Janeiro. Uma outra dimensão da formação desta rede são os próprios laços formados pelos pesquisadores, aprofundando a consolidação deste campo científico (Medeiros, 2023, p.194-195).

Nos anos 1980, os estudos rurais se destacaram pela ênfase na atuação política dos trabalhadores do campo, refletida tanto na assessoria prestada por pesquisadores quanto na criação de espaços de debate que incluíam sindicalistas e em sua participação ativa em eventos, como a formalização do MST em 1984, o IV Congresso da Contag em 1985 e a instituição do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985. Essa interação com o campo político foi acompanhada pela formulação de quadros teóricos nos programas de pós-graduação e em fóruns científicos como a Anpocs, a Abra, a SBPC e a Sober, onde os estudiosos se reuniam para discutir a realidade das movimentações políticas no meio rural.

Ao final dos anos 1980, começa a surgir uma interação entre o campo científico dos estudos rurais e organizações não governamentais e organismos de cooperação internacional. Dentre as primeiras, destacam-se a Fase pela qual Leonilde de Medeiros publica *História dos Movimentos Sociais no Campo*, em 1989, e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

3. NOVOS TERMOS DA DIALÉTICA AUTONOMIA/HETERONOMIA DO CAMPO CIENTÍFICO DOS ESTUDOS RURAIS (1990-2010)

O contexto brasileiro do final dos anos 1980 foi marcado por dinâmicas muito singulares na redemocratização que incentivaram a emergência de novos movimentos sociais e formas de resistência (Grisa e Schneider, 2015; Palmeira, 1989). As mobilizações diziam respeito à falta de políticas voltadas para aquela população rural que não havia sido contemplada pelo projeto de modernização agrícola instituído nos anos anteriores.

Diante disso, se presente argumentar que a morfologia do campo dos estudos rurais foi moldada entre os anos 1990 e 2010 por três aspectos: 1) no âmbito societal, pela abertura democrática, que permitiu maior participação de movimentos sociais e da academia na formulação de políticas públicas voltadas às áreas rurais, além das próprias transformações nas bases materiais dos processos sociais rurais, sobretudo a maior aproximação rural-urbano; 2) no institucional, justamente por esse diálogo entre o campo científico e outros campos que imputaram um componente a mais de diferenciação entre os agentes; e 3) no terreno epistemológico, pelo tensionamento entre novos quadros analíticos e por demandas externas ao campo, particularmente em relação aos temas abordados.

3.1. Continuidade de estudos da década anterior: os assentamentos rurais

Em meio à uma crescente ação dos movimentos sociais na forma de ocupações de terras no final dos anos 1970, como uma espécie de continuidade dos estudos sobre os movimentos sociais e sindicais do campo, os assentamentos rurais tornaram-se objeto de pesquisa privilegiado nos estudos rurais entre os anos 1980 e 2000 e uma série de projetos de pesquisas foram produzidos, os quais diversos foram encomendados pelo próprio governo federal e com o envolvimento de organismos internacionais, como o IICA.

No Rio de Janeiro, o Museu Nacional e o CPDA, que já vinham se debruçando sobre o tema dos movimentos sociais rurais, conduziram pesquisas significativas sobre assentamentos rurais, cada qual com enfoques distintos. O Museu Nacional, a partir de pesquisas sobre política e ação sindical coordenadas por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, fundou o Núcleo de Antropologia da Política (Nuap) em 1997, onde foram realizadas pesquisas sobre esta temática. No âmbito do CPDA, o tema dos assentamentos rurais, que vinha ganhando amplo destaque nos estudos rurais, contribuiu para a formação desta agenda como um trunfo da instituição.

A presença de outros atores envolvidos, para além dos próprios pesquisados também marcou estes estudos. Esse é o caso da FAO/ONU, do Cedi e Ibase e, no começo dos anos 1990 também a presença do Nead/MDA como parte do Projeto de Cooperação Técnica do IICA. Em seu memorial, Leonilde de Medeiros conta que a pesquisa encomendada pela instituição, realizada em conjunto com pesquisadores do Museu Nacional (Leite et al., 2004) enfrentou uma certa resistência em relação à publicação de seus resultados, evidenciando as complexidades das pesquisas encomendadas, cada vez mais recorrentes à época:

Terminada a pesquisa, no final de 2001 e entregue um volumoso relatório, nos defrontamos com uma dificuldade: parecia não haver, por parte do Nead, interesse em publicar os resultados, o que contrariava a perspectiva da equipe, ansiosa por divulgá-los. Nunca houve negativa peremptória, mas também não houve autorização expressa, menos ainda apoio financeiro. Percebíamos então claramente as dificuldades de pesquisas contratadas, mesmo que por órgãos governamentais voltados ao estímulo à pesquisa, uma vez que o produto não pertence ao pesquisador, mas a quem financia o trabalho e tem o poder de decidir se há interesse ou não na sua divulgação. Por outro lado, seria difícil fazer uma pesquisa daquela dimensão sem que houvesse um significativo financiamento, impossível de obter nas agências de pesquisa tradicionais, como CNPq e Capes (Medeiros, 2023, p.245).

No tema dos assentamentos, já no final dos anos 1980 outro núcleo importante de investigação foi coordenado por Vera Ferrante e Sonia Bergamasco. Entre 1989 e 1995, as pesquisadoras construíram perfis socioeconômicos dos assentamentos do Estado de São Paulo, onde adotou-se uma “análise dos assentamentos como uma política estatal definida pelo jogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas” (Barone, Ferrante, Bergamasco, 1994, p.206). Para além

das pesquisas que se traduziram em inúmeras publicações, foi realizado o 1º Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, coordenado por Sonia Bergamasco. Encomendado pelo INCRA em um contexto de desconfiança dos movimentos sociais, em relação aos dados do governo Fernando Henrique Cardoso, o censo foi parte do I Censo da Reforma Agrária do Brasil.

Sob a encomenda do Nead, uma outra grande pesquisa sobre os assentamentos, coordenada por José de Souza Martins foi realizada entre 2001 e 2002 em cinco estados. Na investigação, assumiu-se o olhar sobre a reforma agrária e os assentamentos a partir dos sujeitos e suas representações ali envolvidos, sua organização social e física, sem deixar de fora da análise os conflitos sociais estabelecidos nesta configuração social, aludida por Martins e as autoras a partir da ideia de travessia (Martins, 2003)

3.2. **O debate sobre a categoria “Agricultura Familiar”: implicações teóricas e normativas**

No início dos anos 1990, o debate sobre o que se chamava de pequena produção ganhou novos contornos internos ao próprio campo científico que tiveram influência direta sobre o campo das políticas públicas. Para Sabourin (2017), na década de 1990, uma verdadeira coalizão de causa foi construída no sentido da criação de uma política diferenciada para a agricultura familiar. Já em 1989, as pesquisadoras da Unicamp, Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco produziram uma tipologia das unidades produtivas, mostrando a amplitude e a diversidade dos estabelecimentos de base familiar no país (Kageyama e Bergamasco, 1989).

Na Unicamp, a pesquisa sobre o campesinato, conduzida por Nazareth Wanderley, ganhou impulso com uma grande investigação internacional coordenada por Hugues Lamarche que evidenciou a capacidade adaptativa da agricultura familiar em diferentes contextos históricos. Esses estudos desafiaram a visão fatalista sobre o desaparecimento do campesinato, destacando a persistência das estratégias de reprodução familiar e a relevância da agricultura familiar nos estudos rurais brasileiros (Lamarche 1993, 1998).

Outros livros foram fundamentais para a introdução da categoria "agricultura familiar" no vocabulário acadêmico, dos movimentos sociais e do Estado. O primeiro, *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* de Ricardo Abramovay, resultado de sua pesquisa de doutorado orientada por Nazareth Wanderley, contrapôs-se às teses marxistas e inspiradas em Chayanov, mostrando como a agricultura familiar nos países de capitalismo avançado se tornou uma nova forma social de produção integrada ao mercado. Ricardo Abramovay contou com uma experiência profissional antecessora a escrita do livro com a passagem por atividades de pesquisa no âmbito da Fase sobre o campesinato no sudoeste Paraná, onde tornou-se assessor da CPT do Paraná.

O segundo livro, *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica* de José Eli da Veiga, mostra evolução da agricultura nos países de capitalismo avançado, evidenciando o papel fundamental da agricultura familiar no processo de desenvolvimento. Veiga demonstra como os camponeses foram integrados aos mercados e um elemento importante exposto na obra é justamente a importância da ação estatal, na forma de políticas públicas voltadas para a produção de base familiar, na configuração da agricultura familiar como ator social relevante no desenvolvimento das sociedades. O livro é fruto de um estágio de pós-doutorado University College London realizado pelo autor que, assim como Ricardo Abramovay fez uma parte de seus estudos na França.

Informado por estes trabalhos, abriu-se um período de incorporação da categoria agricultura familiar no campo científico dos estudos rurais que atingiu outros campos. Neste mesmo momento, a mobilização de movimentos sociais e sindicais para a instituição de políticas diferenciadas para os chamados pequenos produtores se intensificou. Foi em 1994 o primeiro Grito da Terra e a partir de então as reivindicações incorporaram novos sentidos, como o de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar” (Favareto, 2012).

No âmbito de um acordo de cooperação técnica firmado entre a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um importante relatório realizado por Carlos Guanziroli buscou construir uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil onde, estrategicamente, seriam os agricultores familiares a categoria social base.

Nesse momento, confluíram três principais fatores que impulsionaram a criação de uma política voltada para os agricultores familiares na década de 1990. A primeira delas foi a produção intelectual sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural que estava neste momento instituindo uma mudança de paradigma nos estudos rurais; o segundo foram as pressões dos movimentos sociais; e, por fim, uma certa estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso de estabilização da ordem social no campo acompanhada de um esforço de influência sobre o sindicalismo rural (Grisa e Schneider, 2014, p.131). Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi a primeira política direcionada à agricultura familiar no país.

A introdução do termo "agricultura familiar" como categoria analítica e política no Brasil não foi isento de críticas. Pesquisadores como Delma Pessanha Neves (2012) e Garcia e Grynszpan (2001) criticaram o uso do termo, argumentando que ele homogeneizava as diferentes realidades do campo, servia mais como uma ferramenta política do que um conceito científico, e refletia uma subordinação

do campo científico às demandas políticas. Por outro lado, Nazareth Wanderley (1996), contribuiu para o debate ao propor que a agricultura familiar no Brasil seria uma continuidade do campesinato, adaptando-se às condições modernas sem perder suas raízes históricas. Apesar das críticas, o termo "agricultura familiar" ganhou aceitação tanto no campo acadêmico quanto entre os movimentos sociais e sindicatos rurais, tornando-se uma categoria central nos estudos rurais e nas políticas públicas no Brasil.

3.3. **Desenvolvimento territorial, multifuncionalidade e pluriatividade**

Os estudos rurais foram marcados pelo debate sobre o desenvolvimento rural, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, muito informado na construção de posições antagônicas àquelas fundadas em uma visão setorial do desenvolvimento baseado nas potencialidades do setor agrícola que consideram a ações do Estado em prol da modernização da agricultura e da expansão de áreas aptas à produção como sinônimo de desenvolvimento rural.

Entre 1996 e 1998, o Departamento Rural da CUT e a Contag, com apoio de instituições europeias, realizaram uma pesquisa nacional coordenada, entre outros, por Arilson Favareto para desenvolver um projeto de desenvolvimento rural sustentável para o sindicalismo rural. Partindo de eixos liderados por José Eli da Veiga, Regina Novaes e Leonilde de Medeiros, a pesquisa formulou uma hipótese que influenciaria os estudos rurais nos anos seguintes: a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um entorno socioeconômico diversificado e infraestruturado poderia absorver o excedente de trabalho agrícola e, ao mesmo tempo, permitir que as unidades familiares incorporassem mão de obra urbana descartada (Projeto CUT/Contag, 1998, Favareto, 2007).

Na Unicamp, o Projeto Rurbano, coordenado por José Graziano da Silva, teve grande impacto nos estudos rurais ao analisar as transformações nas relações urbano-rurais em 11 estados do Brasil entre 1981 e 1999. A pesquisa revelou que o rural não se limitava às atividades agrícolas e pecuárias, mas estava marcado pelo declínio dessas atividades e pelo surgimento de novas formas de ocupação, como lazer, moradias secundárias, ecoturismo e serviços. O conceito de "Novo Rural Brasileiro" emergiu, destacando a interdependência entre os espaços rurais e urbanos e o papel das famílias pluriativas, que diversificam suas atividades para se adaptar às novas demandas rurais (Da Silva, 1999).

Decorrente das conclusões do Projeto Rurbano, surgiu um debate sobre novos ordenamentos produtivos nas áreas rurais. No início dos anos 2000, o debate sobre pluriatividade foi aprofundado por Sérgio Schneider (2003) e Maria José Carneiro (2009), que analisaram o conceito e suas implicações teóricas. Mais ainda, a noção de multifuncionalidade foi incorporada aos estudos rurais, especialmente no CPDA, através dos trabalhos de Carneiro e Renato Maluf (2005). Originada da discussão europeia

sobre desenvolvimento rural, a ideia de multifuncionalidade parte da interpretação de que a agricultura não se limita à sua dimensão produtiva, mas também oferece serviços e bens à sociedade.

Nesse momento, influenciado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e pelo debate emergente sobre meio ambiente, surge Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo, em 1992, assentado sobre uma abordagem multidisciplinar da ciência ambiental. Como professores da instituição, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga fizeram pesquisas onde entraram em contato com as discussões sobre transformações rurais e políticas territoriais, influenciados pelo Programa Leader da União Europeia e documentos internacionais sobre desenvolvimento rural e, a partir destas experiências, introduziram um debate no Brasil sobre o desenvolvimento territorial. Teoricamente, esse debate foi inspirado por estudos sobre sistemas produtivos locais da França e da Itália, como os de Arnaldo Bagnasco sobre distritos industriais na Itália.

José Eli da Veiga assume a secretaria do recém criado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e com Ricardo Abramovay aprofundaram a discussão em textos relevantes, como *A face territorial do desenvolvimento* (Veiga, 2002) e *O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento* (Veiga et. al, 2001), publicado na primeira série de textos para a discussão do Nead, e *O capital social dos territórios* (Abramovay, 2000), destacando a importância das relações sociais e do capital social no desenvolvimento territorial. Esses debates influenciaram a política nacional, resultando na criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003 e 2004, respectivamente. A abordagem territorial justificou-se pela necessidade de uma visão mais ampla do rural, que ultrapassasse a agricultura e promovesse o desenvolvimento local de maneira multisetorial.

A partir daí uma série de estudos sobre desenvolvimento territorial e sobre a abordagem territorial nas políticas públicas seriam publicados. Contribuiu para isso a inserção de pesquisadores brasileiros em redes internacionais de pesquisa na América Latina. Cabe mencionar a influência de duas delas – o Rimisp (Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural), com o qual houve engajamento de pesquisadores como Ricardo Abramovay e Arilson Favareto. E também o IICA, sob a animação de Carlos Miranda, que passou a promover um evento anual que se tornou referência para a comunidade envolvida com esse tema, o Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, pelo qual passaram vários pesquisadores.

3.4. As políticas públicas e desenvolvimento rural como objeto de investigação

A partir da década de 1990, especialmente nos anos 2000, se intensificou uma linha de pesquisa nos estudos rurais focada na análise de políticas públicas. A redemocratização do Brasil e a crescente influência de organismos internacionais propiciaram uma maior interação entre o campo científico e a formulação de políticas. Pesquisadores passaram a contribuir diretamente para o desenvolvimento de políticas que, posteriormente, se tornaram objeto de estudo científico.

O debate sobre o tema do desenvolvimento rural e das políticas públicas, amplamente presente nos estudos rurais nesse momento, passa a ter como lugar privilegiado de análise também o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 1999. Nesse âmbito, destaca-se o surgimento, em 2005, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD) por Sérgio Schneider. Formou-se, nesse contexto, um centro expressivo nos estudos rurais ao redor do amplo tema do desenvolvimento rural, com foco para a agricultura familiar e para as políticas públicas, sobretudo aquelas criadas nas décadas de 1990 e 2000. Mesmo com a tradição anterior de estudos rurais na UFRGS, nota-se que alguns dos pesquisadores que se destacaram nesta instituição e, mais especificamente no GEPAD, realizaram uma parte de seus estudos no CPDA que, neste momento, ocupava um lugar dominante dentre os centros de pesquisa.

Dentro desse contexto, o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) foi criado em 2005 no CPDA, coordenado por Sérgio Pereira Leite, com a participação de pesquisadores como Nelson Delgado, Georges Flexor, Leonilde de Medeiros e Renato Maluf. O OPPA se destacou na formação de novos pesquisadores e no desenvolvimento de debates teóricos sobre políticas públicas, resultando na criação de disciplinas e publicações sobre o tema. Além disso, o IICA colaborou com o OPPA em pesquisas sobre políticas de desenvolvimento territorial rural e novas ruralidades. O OPPA contribuiu para estabelecer as políticas públicas como um objeto central nos estudos rurais. Foi também neste âmbito que diversos pesquisadores fizeram seus estudos de mestrado e doutorado, levando adiante, posteriormente em suas trajetórias, os estudos sobre políticas públicas no campo dos estudos rurais.

No cenário institucional dos estudos rurais, a criação da APIPSA em 1990 e, posteriormente, da Rede de Estudos Rurais em 2006, após a descontinuidade da APIPSA em 1996, marcou uma evolução significativa. A APIPSA, destacada por seu foco na agricultura familiar, legitimou essa categoria nos debates acadêmicos e nas políticas públicas. A Rede de Estudos Rurais continua a promover encontros bianuais, mantendo a discussão e a colaboração entre pesquisadores.

Tabela síntese - dimensões das mudanças da morfologia do campo dos estudos rurais

	Dimensão epistemológica	Dimensão institucional	Dimensão societal
Emergência do campo dos estudos rurais (1940-1960)	Criação de teorias e métodos para formação de uma ciência social empírica sobre os processos sociais rurais	Emergência das primeiras faculdades de ciências sociais e competição entre elas por um projeto de ciência social empírica	Questão agrária identificada como um entrave ao desenvolvimento brasileiro, discutida por intelectuais ligados à movimento sociais, partidos políticos e governo
Consolidação e diversificação dos agentes, práticas e instituições (1970-1980)	Mudanças na natureza do objeto dos estudos rurais pela maior diversificação dos quadros interpretativos, pressionados pelos novos processos sociais no campo.	Expansão do sistema universitário e cassação de professores nas universidades pela ditadura militar Maior circulação internacional dos atores	Efeitos da modernização agrícola na transformação dos processos sociais rurais
Novos termos da dialética entre autonomia e heteronomia (1990-2010)	Tensionamento entre a formulação de novos quadros analíticos em resposta aos novos processos sociais rurais e, por outro lado, demandas externas ao campo, impondo temas e (por vezes) formas de tratamento	Maior aproximação entre o campo científico, Estado, organismos de cooperação internacional e movimentos sociais Posição dominante de núcleos de pesquisa que estiveram a frente de pesquisas encomendadas por agentes externos ao campo	Maior participação de movimentos sociais e da academia na formulação de políticas públicas voltadas às áreas rurais em decorrência da abertura democrática Transformações na base material das áreas rurais: queda da participação das atividades agrícolas na formação das rendas e na ocupação de trabalho e intensificação e heterogeneização das interdependências entre processos antes mais claramente distintos do rural e do urbano

Elaboração dos próprios autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho parte do reconhecimento de que a trajetória dos estudos rurais no Brasil é extensa, com quase 100 anos de transformações nos processos sociais rurais, que se refletiram na maneira como os problemas de pesquisa nesse campo foram enquadrados. Tendo isso em vista, a

investigação buscou estimular a autorreflexão crítica desse campo de estudos como uma das formas de fortalecer sua autonomia, ainda que essa seja sempre relativa.

Nas seções anteriores, procurou-se demonstrar que esse campo evoluiu ao longo do tempo por meio das mudanças na articulação das três dimensões mencionadas, resultando em dinâmicas variadas de lutas concorrenciais entre os pesquisadores e entre esse campo e outras esferas do mundo social. As transformações nos processos sociais rurais impulsionaram a formulação de novos quadros analíticos, alterando a configuração epistemológica das explicações, enquanto os ambientes institucionais moldaram a consolidação de um sistema simbólico de legitimidade desse saber, sobretudo no período de institucionalização deste campo, entre as décadas de 1970 e 1980. Nos diferentes momentos, os agentes mobilizaram estratégias de conversão de capitais em capital científico, concorrendo por posições dominantes nas lutas internas do universo de atores e instituições voltadas aos estudos rurais.

Foi possível identificar três momentos nessa trajetória. O primeiro, entre 1940 e 1960, marcado pela emergência desse campo científico, impulsionado pelo desenvolvimento das bases científicas de uma ciência social empírica sobre processos sociais rurais nas recém-criadas universidades, em meio a um cenário de intenso debate sobre a questão agrária promovido por intelectuais ligados ao campo político, do qual o novo campo buscou se diferenciar. O segundo período, entre 1970 e 1980, caracterizado pela consolidação do campo e diversificação de seus agentes em uma conjuntura paradoxal, durante a ditadura, que viu uma significativa expansão da pós-graduação no país. Epistemologicamente, esse momento se destacou pelas mudanças na natureza do objeto dos estudos rurais e pela diversificação dos quadros interpretativos, em resposta aos novos processos sociais decorrentes da modernização agrícola. Entre 1990 e 2010, o terceiro momento foi marcado por um maior diálogo entre o campo científico dos estudos rurais e outros campos, especialmente o político, em função da abertura democrática. Nesse período, o campo enfrentou uma intensificação nas tensões entre a construção de análises sobre temas e problemas emergentes no próprio campo científico e as pressões externas que influenciavam sua agenda, ou seja, entre a autonomia e a heteronomia. Na continuidade da pesquisa, ainda há a necessidade de compreender de maneira mais detalhada os termos da dialética entre a autonomia e a heteronomia do campo científico dos estudos rurais a partir dos anos 1990. A isso serão dedicados os esforços futuros.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp, 2012.
- BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1994.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos avançados*, v. 11, p. 37-49, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio. In: PREBISCH, Raúl et al. O manifesto latino-americano: e outros ensaios, editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. São Paulo: Unesp, 2004
- BRUMER, Anita; DOS SANTOS, José Vicente Tavares. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). *Revista Nera*, n. 9, p. 49-73, 2012.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio Bonito. *Todavia*, 2023
- CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. In: BASTOS, Elide Rugai (org.) *Conversas com sociólogos brasileiros*. 1ª edição, São Paulo: Editora 34, 2006.
- CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, Flávio B. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial—contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, 2005
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica; In: SCHNEIDER, Sergio. *A diversidade da agricultura familiar*. Ed. da UFRGS, 2009.
- Willems, Emílio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1948.
- DA SILVA, José Francisco Graziano. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar Editores, 1982.
- DA SILVA, José Francisco Graziano. *O novo rural brasileiro*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.
- DA SILVA, José Graziano. O progresso técnico na agricultura. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 7, n. 1/3, p. 13-46, 1990.

- DA VEIGA, José Eli et al. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Série Textos para Discussão, número 1, NEAD, Agosto 2001.
- DA VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, 2002.
- DA VEIGA, José Eli. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2012.
- DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DELGADO, Guilherme Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985. Ícone Editora, 1985.
- SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro., pp.265-291, 2017.
- FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília (DF): FAO/INCRA, 1994.
- FAVARETO, Arilson. Paradigmas de desenvolvimento rural em questão. São Paulo: FAPESP, 2007.
- FAVARETO, Arilson. Prefácio. In: ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp, 2012.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. 5a edição, São Paulo, Editora Globo, 2006.
- FURTADO, Celso. Essencial Celso Furtado. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2013.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, 2005
- GARCIA Jr, Afrânio; GRYNSPAN, Mario. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: S. Miceli (org.). O que ler em ciências sociais. São Paulo: ANPOCS, 1999.
- GNACCARINI, José Cesar Aprilanti; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, v. 3, p. 9-61, 1990.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.
- HEREDIA, Beatriz. A Morada da Vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- IANNI, Octavio. Estudo de comunidade e conhecimento científico. Revista de Antropologia, p. 109-119, 1961.

- JACKSON, Luiz Carlos. Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos estudos de comunidades". *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 18, n. 18, p. 273-280, 2009.
- KAGEYAMA, Angela A.; DA SILVA, José GRAZIANO. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.
- KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia MP. A estrutura da produção no campo em 1980. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1989.
- KAGEYAMA, Angela. Modernização, produtividade e emprego na agricultura-uma análise regional. Campinas: IE/UNICAMP, 1985. Tese de Doutorado.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme, 1993
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade, 1998
- LATOURETTE, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo. Editora: Unesp, 2000.
- LEITE, Adriana Naomi. Milagre acadêmico: a institucionalização das ciências sociais brasileiras (1964-1985). 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- LEITE, Sergio. et al. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, UNESP, 2004. (Estudos NEAD, 6)
- LIMONGI, Fernando Papaterra. "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, v. 2, n.5, p. 27- 46, outubro, 1987.
- LIMONGI, Fernando. Escola livre de Sociologia e Política em São Paulo. História das ciências sociais no Brasil, 1989.
- Lopes, Aline M. Vida rural e mudança social no Brasil: tradição e modernidade na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- LOPES, Juares Rubens Brandão. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo, São Paulo, 2008.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência, a questão política no campo. Editora Hucitec, 1982.

- MARTINS, José de Souza (Coord.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Editora da UFRGS, 2003.
- MARTINS, José de Souza. A sociologia como aventura. Editora Contexto, 2013
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência, a questão política no campo. Editora Hucitec, 1982.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. Editora Contexto, 2010
- MEDEIROS, Leonilde. In: Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida. - v. 3 [recurso eletrônico] / Organizadores: Karina Yoshie Martins Kato, Leonilde Servolo de Medeiros. – Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2023
- MEDEIROS, Leonilde. Servolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- MERTON, Robert K. Ensaio de sociologia da ciência. São Paulo: Editora 34, 2013.
- MIRANDA, Roberto de Sousa; GOMES, Ramonildes Alves; MENESES, Valdênio Freitas. Mudança social e estudos rurais: reflexões sobre os desenvolvimentos e as disputas no campo. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 42, n. Especial, p. 424-442, 2022.
- MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e mudança em sociedades de 'folk' no Brasil. Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, 1955.
- NAVARRO, Zander. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 3, p. 472-489, 2019.
- NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. Revista Nera, n. 7, p. 68-93, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista dualista, Estudos Cebrap, n2. São Paulo, 1972, pp. 3-82.
- OLIVEIRA, Nemeu da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. Sociedade e Estado, v. 26, p. 521-550, 2011.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Moacir Gracindo Soares Palmeira (depoimento, 2009 / 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (7h 15min).
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Estudos avançados, v. 3, p. 87-108, 1989.
- POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- PRADO JR, Caio. A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Editora Brasiliense, São Paulo, 2006.

PRADO JR., Caio. “Métodos sociológicos”. Fundamentos, n. 4, p. 24, 1948

Projeto Trajetórias - Moacir Palmeira (Versão Curta). 2023. 46 min. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MjVE2msDsLE>. Acesso em: 5 set. 2024

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1973

RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. Instituto Ignácio Rangel, 1991.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Editora da UFRGS, 2003.

Sigaud, 1992).

SIGAUD, Lygia Maria. Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Reencontro com o Nordeste: itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais. Estudos de Sociologia, v. 5, n. 1, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Ser socióloga do " mundo rural" na UNICAMP: memórias muito vivas. RURIS (Campinas, Online), v. 1, n. 1, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Júlia Giorgi Mariano: Conceptualization, Methodology, Investigation, Writing - Original Draft, Writing - Review & Editing. Arilson Favareto: Conceptualization, Methodology, Investigation, Writing - Review & Editing, Supervision

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Júlia Giorgi Mariano. Socióloga. Mestranda no Programa de Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC e pesquisadora do Cebrap Sustentabilidade.

Arilson Favareto. Sociólogo. Doutor em Ciência Ambiental. Professor do Programa de Pós-Graduação e Planejamento Territorial da UFABC. Pesquisador do Cebrap. Email: arilson.favareto@ufabc.edu.br.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.